

**HABEAS DATA Nº 357 - DF (2019/0384947-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**IMPETRANTE** : PEDRO ANTONIO NARBONDO MATO  
**ADVOGADOS** : JÚLIO MARTIN FAVERO - RS019006  
MATHEUS MENEZES RODRIGUES - RS095436  
**IMPETRADO** : MINISTERIO DA JUSTIÇA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas data* impetrado por PEDRO ANTÔNIO NARBONDO MATO, com fundamento no art. 5º, LXXII, *a*, da Constituição Federal, em face do MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA.

Sustenta o impetrante, em apertada síntese, que: (a) é brasileiro, residente na cidade de Santana do Livramento/RS; (b) está sendo processado perante o Tribunal Ordinário de Roma (Processo nº 31079-5) pelo desaparecimento, no ano de 1976, de 23 (vinte e três) cidadãos italianos, durante a chamada Operação Condor, da qual teria participado na condição de Capitão do Exército Uruguaio, como Oficial do Serviço de Informação e Defesa - SID, organismo responsável pelas operação contra os Tupamaros, na República Oriental do Uruguai; (c) está em vigor uma ordem internacional de captura do impetrante, exarada pelo referido Tribunal; (d) em várias oportunidades buscou informações sobre o andamento dos pedidos extradicionais unto aos órgãos competentes, vinculados ao Ministério da Justiça, sem qualquer resposta.

À luz desses fatos, requer que lhe seja "*assegurado o conhecimento de todas as informações/dados relativas a si que constem junto ao Ministério de Justiça, bem como aquelas relativas aos pedidos extradicionais e demais documentos existentes vinculados ao nome do Impetrante*" (fl. 8).

A autoridade impetrada não apresentou informações (fl. 45).

O Ministério Público Federal, em parecer do Subprocurador-Geral da República GERALDO BRINDEIRO, opinou pelo indeferimento da petição inicial (fls. 47/49).

**É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.**

Para evitar tautologia, adoto como razões de decidir os argumentos

expendidos no parecer do Parquet Federal, *in verbis* (fl.

[...]

6. Não é cabível o habeas data.

7. Apesar de o Ministério da Justiça não ter prestado as devidas informações sobre o caso, percebe-se que a petição inicial não se faz acompanhar de qualquer certidão ou prova da recusa da Administração em atender à solicitação do impetrante, ao contrário, só constam comunicações eletrônicas entre as partes, bem como certidão do Supremo Tribunal Federal que dispõe que somente consta em nome do impetrante um Habeas Corpus.

8. Assim, compete salientar que a prova do indeferimento do pleito, ou a omissão em atendê-lo constitui requisito indispensável à concretização do interesse de agir desta ação. Sem a situação de pretensão resistida, não é cabível o remédio constitucional, conforme a Súmula nº 2 desta Egrégia Corte, segundo a qual não cabe habeas data se não houver recusa de informações por parte da autoridade administrativa. [...]

Com efeito, "a demonstração da recusa de acesso a informação pela autoridade administrativa é indispensável no habeas data, sob pena de ausência de interesse de agir" (HD 84/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 30/10/2006). Nesse mesmo sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS DATA. CARÁTER INFRINGENTE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS RECEBIDOS COMO AGRAVO INTERNO. ART. 1.024, § 3º, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE RECUSA, NA VIA ADMINISTRATIVA, DE ACESSO A INFORMAÇÃO, OU DE DECURSO DE MAIS DE DEZ DIAS SEM DECISÃO. SÚMULA 2/STJ E ART. 8º, I, DA LEI Nº 9.507/97. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. No caso, o impetrante busca o fornecimento de certidão com o registro dos serviços por ele prestados, que estariam cadastrados no SNI, afirmando que, "neste interregno bastante prolongado e sem qualquer iniciativa de nossa parte por pedidos de informações à Órgãos Públicos, por requerimentos administrativos anteriores ou qualquer outro pedido; sem suas respectivas negativas, tidas pela Lei como necessárias para impetração deste remédio heróico, justificamos que esta nossa ausência se traduz por motivo de temor e por cautela".

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Reconhece ser agora o momento político oportuno para buscar a informação postulada, deixando de requerê-la, porém, na via administrativa, buscando diretamente, em Juízo, a sua obtenção.*

***IV. Nos termos do art. 8º, parágrafo único, I, da Lei 9.507/97, a petição inicial deverá ser instruída com prova "da recusa ao acesso às informações ou do decurso de mais de dez dias sem decisão".***

***V. No mesmo sentido orienta-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada na Súmula 2/STJ, segundo a qual "não cabe habeas data (CF, art. 5º, LXXII, letra 'a') se não houver recusa de informações por parte da autoridade administrativa". Nesse sentido: STJ, HD 232/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 08/03/2012; AgRg no HD 116/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, DJU de 10/10/2005; HD 84, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, DJU de 30/10/2006.***

***VI. Igual entendimento é adotado pelo Supremo Tribunal Federal, que possui precedentes no sentido de que "a ausência da comprovação da recusa ao fornecimento das informações, nos termos do art. 8º, parágrafo único, inciso I, da Lei n. 9.507/1997, caracteriza falta de interesse de agir na impetração" (STF, AgRg no HD 87/DF, Rel. Ministra CÁRMEN LÚCIA, PLENO, DJe de 05/02/2010).***

***VII. Embargos de Declaração recebidos como Agravo interno, ao qual se nega provimento.***

**(EDcl no HD 347/DF, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 28/10/2019)**

**ANTE O EXPOSTO, indefiro liminarmente a petição inicial.**

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator